

PROPRIEDADE INTELECTUAL

Agenda

- 01 Conceito
- 02 Origem
- 03 Lei Veneziana
- 04 Principais Marcos
- 05 Evolução da Propriedade Intelectual no Brasil
- 06 Direito Autoral
- 07 Propriedade Industrial
- > Grandes Erros
- 08 Proteção Sui Generis

Propriedade Intelectual

Conceito

A Propriedade Intelectual é a área do Direito que, por meio de leis, garante a inventores ou responsáveis por qualquer produção do intelecto - seja BENS IMATERIAIS ou INCORPÓREOS nos domínios industrial, científico, literário ou artístico - o direito de obter, por um determinado período de tempo, recompensa resultante pela "criação" - manifestação intelectual do ser humano.

A Propriedade Intelectual engloba o campo de Propriedade Industrial, os Direitos Autorais e outros Direitos sobre bens imateriais de vários gêneros, tais como os Direitos Conexos, e as Proteções Sui Generis

Propriedade Intelectual

Origem

A primeira noção de propriedade, baseada nos estudos sobre as propriedades gentílicas (clã, tribos), fosse de natureza coletiva, seus indivíduos tinham apenas um conceito próximo do conceito de posse



Os objetos não eram de um indivíduo, mas sim da coletividade que ele fazia parte, sendo utilizado indistintamente por diferentes pessoas de um mesmo grupo, desde que fosse aplicado para o fim predestinado.



Propriedade Intelectual

República da Veneza -1416

Francisco Petri requereu a concessão de uma patente para que pudesse construir 24 moinhos os quais funcionavam com a utilização da força da água.



Todos esses conceitos sobre a origem da Propriedade Intelectual são complexos, por exemplo. A roda, uma das maiores invenções de todos os tempos, por exemplo, data do ano 4000 a.C.



Propriedade Intelectual

A Lei Veneziana

Promulgada em 19 de março de 1474, a primeira lei de patentes. A Lei Veneziana, criou o primeiro estatuto que assegurava direitos exclusivos aos inventores de novas e engenhosas máquinas, pelo prazo de 10 anos.

"Temos entre nós homens de grande geniosidade, aptos a inventar e descobrir máquinas engenhosas ... Assim, se for estabelecido que as suas invenções serão protegidas de modo que outros que as vejam não possam construí-las e retirar a honra do inventor, mais homens aplicarão 10 seus gênios e descobrirão e construirão mecanismos de grande utilidade e benefício para nossa República"

Principais Marcos

CONVENÇÕES, ACORDOS E TRATADOS

1886

Convenção de Berna

Relativa a proteção das obras literárias e artísticas, estabeleceu-se o reconhecimento do direito de autor entre nações soberanas

1961

Convenção da UPOV

Realizada em Paris, o objetivo da Convenção é a proteção das novas variedades de plantas pelo sistema da Propriedade Intelectual.

1883

Convenção da União de Paris

O primeiro acordo internacional relativo à Propriedade Intelectual

1891

Acordo de Madri

Inteiramente dedicado à repressão das falsas indicações geográficas

1961

Convenção de Roma

Autores, compositores e editores musicais, também os intérpretes, músicos-executantes, produtores fonográficos e empresas de radiodifusão possuem direitos sobre a execução pública dos fonogramas e programas de que são titulares.

Principais Marcos

CONVENÇÕES, ACORDOS E TRATADOS

1968

Acordo de Estrasburgo (CIP)

Foi criada a International Patent Classification (IPC), no Brasil chamada de Classificação Internacional de Patentes (CIP).

1981

Tratado de Nairóbi

Qualquer Estado que seja parte do presente Tratado terá a obrigação de recusar ou invalidar o registro como marca ou outro emblema com finalidades comerciais, de qualquer sinal que consista no símbolo olímpico.

1967

Convenção da OMPI

Criada a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) para promover, por meio da cooperação internacional, a criação, disseminação, uso e proteção de obras da mente humana para o progresso econômico, cultural e social.

1971

PCT

É um tratado multilateral, administrado pela OMPI que permite requerer a proteção patentária de uma invenção, simultaneamente, em diversos países, por intermédio de um único depósito chamado "Depósito Internacional de Patente".

1994

TRIPS

Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, é um tratado Internacional, integrante do conjunto de acordos assinados em 1994 que encerrou a Rodada Uruguai e criou a Organização Mundial do Comércio.

Brasil

EVOLUÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL NO BRASIL

1830

Constituição do Império (Lei sobre Invenções)

Concede privilegio ao que descobrir, inventar ou melhorar uma industria útil e um premio que introduzir uma industria estrangeira, e regula sua concessão.

1972

Código da Propriedade Industrial

No dia 4 de abril de 1972, já sob a responsabilidade do INPI, a Revista da Propriedade Industrial surge como veículo independente e de publicação contínua, passando a receber nova numeração dos fascículos, a qual permanece até os dias atuais.

1809

Alvará do Príncipe Regente

Determinou a proteção direta àqueles que estabelecerem invenções nas artes ou de máquinas, agregando benefício à indústria ou às artes, com exclusividade pelo prazo de 14 anos.

1923

Diretoria Geral de Propriedade Industrial

Decreto-lei nº 16.264, de 19 de dezembro de 1923, definiu que a Diretoria Geral da Propriedade Industrial teria a seu cargo a concessão de privilégios de invenção e o registro de marcas de indústrias e de comércio.

PROPRIEDADE INTELECTUAL



Direito Autoral

São os direitos que todo criador de uma obra intelectual tem sobre a sua criação.

Propriedade Industrial

É o conjunto de proteção de direitos sobre as patentes de invenção, patente de modelo de utilidade, registro de desenho industrial, registro de marcas, bem como a repressão da concorrência desleal e às falsas indicações geográficas.

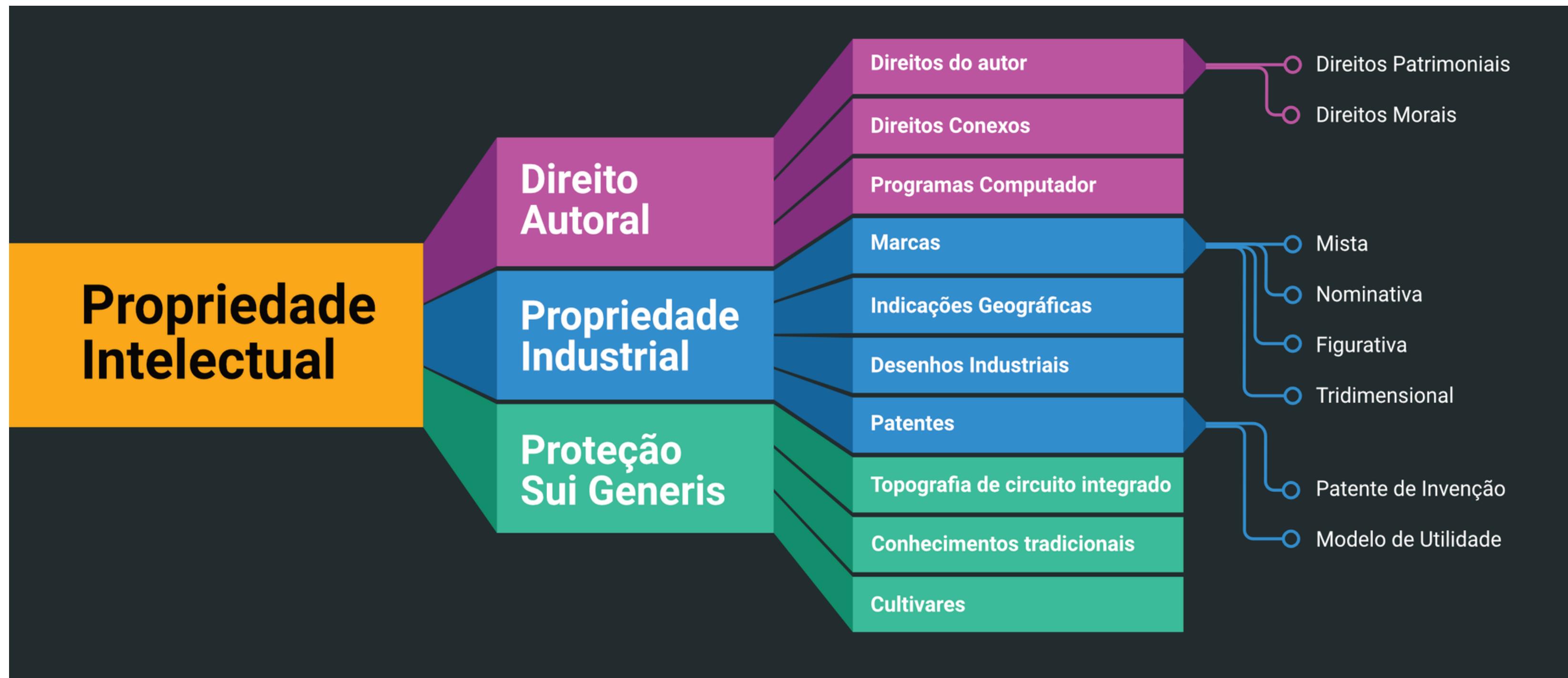
Proteção Sui Generis

A proteção sui generis envolve o registro de topografia de circuito integrado, o registro de cultivares, o acesso ao patrimônio genético e os conhecimentos tradicionais.



Propriedade Intelectual

CONCEITOS MODERNOS





Direitos do Autor

Os direitos autorais estão regulamentados na legislação brasileira. A lei que refere-se a esse direito é [Lei 9610/98](#).

Tempo

A proteção do direito autoral é válida em todo momento que o autor estiver vivo. Após a sua morte, ele ainda terá direito de até 70 anos.

O que pode e o que não pode ser registrado?

Qualquer obra intelectual pode ser registrada e ter proteção, contanto que ela seja original e não um elemento popular.

A proteção

O registro da obra ocorre no Brasil, mas vale além do território brasileiro, fazendo com que ela seja reconhecida em mais de 160 países.



Direitos do Autor

Os Direitos Autorais são divididos, para efeitos legais, em Direitos Morais e Patrimoniais.

Direitos Morais

Está relacionado a autoria do mesmo, protegendo o elemento entre a obra e o autor. Então, você passa a assegurar indicando o seu nome como criador.

Direitos Patrimoniais

Esse tipo previne a utilização da obra de terceiros e a não exploração do material. Por exemplo, se você tem um criação artística, poderá prever que ela não seja reproduzida de forma total ou parcial, como adaptações, a fim de ganhos terceiros.



Direito Autoral

Tatuadora x Produtora de Games

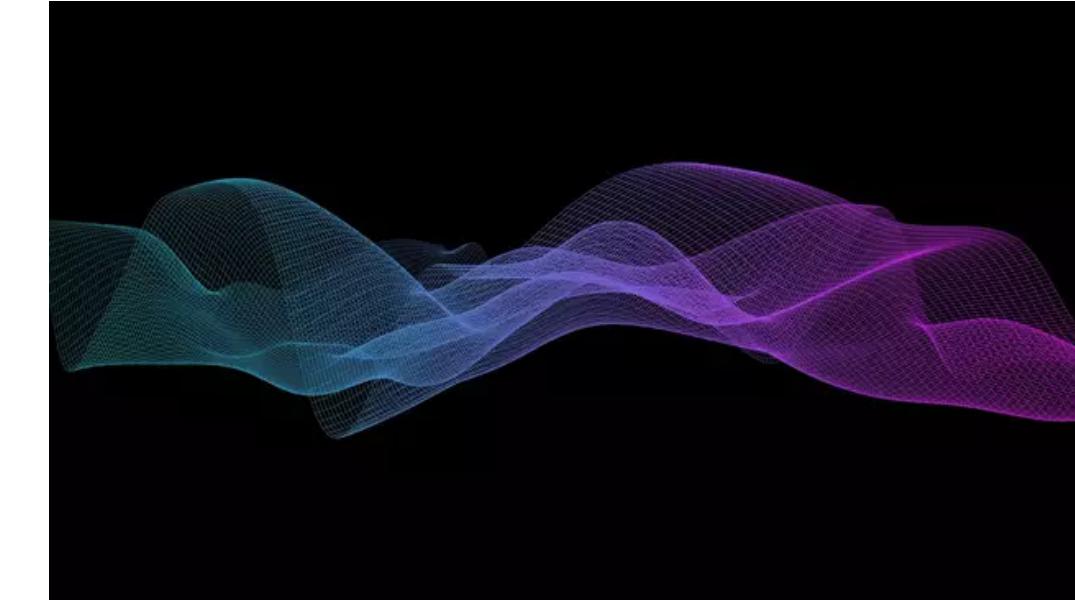
Um processo movido (em 2018) por uma tatuadora contra a desenvolvedora do jogo WWE chegou ao final, com a empresa condenada por violação de direitos autorais e tendo que pagar uma compensação de US\$ 3.750 à profissional. No centro do julgamento, cinco tatuagens distintas no avatar do lutador Randy Orton.





Tecnologia x Direitos Autorais

O site Mubert AI promete gerar músicas e trilhas sonoras livres de direitos autorais utilizando inteligência artificial (IA). A ideia é que todo o material produzido na plataforma possa ser baixado e usado para sonorizar vídeos, podcasts ou qualquer outro tipo de conteúdo.



Instruções da própria página mostram que o processo de criação é simples e bastante intuitivo. O usuário precisa apenas escolher o estilo, definir o clima — alegre, triste, nostálgico, etc — e o gênero musical, além de especificar a duração da trilha sonora a ser gerada.

Direito Autoral

COPYRIGHT

Direitos Conexos

A principal diferença entre eles é que os direitos do autor protegem as obras originais, e os direitos conexos protegem a forma como essas obras são levadas a público.

Os Direitos Conexos são aqueles que protegem a pessoa jurídica ou física que contribui para tornar as obras autorais acessíveis ao público

O prazo de proteção aos direitos conexos é de 70 anos. Transcorrido este prazo, os direitos entrarão em domínio público e a proteção da obra caberá ao Estado.



Direito Autoral

UBC e os Direitos Conexos

UBC bate recorde e distribui mais de R\$ 1,3 milhão em direitos conexos estrangeiros

Mais de 1.700 músicos brasileiros foram contemplados com a distribuição referente ao mês de junho de 2022



Sepultura

Um repertório que se destacou no exterior, foi o da banda Sepultura. De acordo com a UBC, muitos artistas brasileiros renomados adotam uma sociedade autoral estrangeira para receber valores do exterior. Consolidada como uma das maiores bandas de metal do mundo, o Sepultura optou por deixar a gestão global de seus direitos a cargo da própria UBC.

Direito Autoral

Programas de Computador

Segundo a Lei 9.609/98 que dispõe da proteção dos direitos de propriedade intelectual sobre programa de computador:

"Programa de computador é a expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados."



Direito Autoral

Programas de Computador

O registro NÃO é obrigatório, mas é estratégico para a comprovação de autoria do programa principalmente nas hipóteses de utilização indevida por terceiros. Ele deve ser feito no Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, por meio da apresentação de formulário e documentação específicos, que tenham a capacidade de provar a autoria do programa numa eventual ação judicial.

Instituto Nacional da Propriedade Industrial

O que você procura?



A grid of eight light gray rectangular boxes, each containing a blue icon and text describing a service:

- Guia Básico para o Pedido (compass icon)
- Meus Pedidos (tag icon)
- Busca (magnifying glass icon)
- Custos e Pagamento (dollar sign icon)
- Sistema e-Software (clip icon)
- Recursos e Nulidades (building icon)
- Dúvidas (question mark icon)
- Materiais de Consulta e Apoio (life preserver icon)





Direito Autoral

EUA x CHINA

Os Estados Unidos têm um novo alvo em TIC contra a China. O Governo acusa a fabricante chinesa de sistemas de rádio Hytera de conspiração para roubar segredos comerciais, com a ajuda de ex-funcionários da Motorola Solutions.



Oficialmente, a Hytera é acusada de roubar 15 segredos comerciais, incluindo o código-fonte de software de rádio móvel digital e técnicas de geração de frequência, transmissor e design de circuito para hardware compatível. Se condenada, a Hytera pode ser multada em até três vezes o valor dos segredos comerciais supostamente envolvidos, além de custos não incorridos pelo uso das informações proprietárias.



Direito Autoral

Pirataria?

Um desenvolvedor descobre que o código-fonte do seu projeto no GitHub foi usado em outro software, de modo ilegal. Então, ele pede para que a plataforma apague a cópia indevida. O que chama a atenção nesta história é que o código "roubado" vem de uma ferramenta que pode ser usada para pirataria de filmes e séries.



A ferramenta em questão tem o sugestivo nome de Movies and Series Scraper. Por meio dela, o usuário pode baixar e até transmitir filmes ou séries inteiras, sem muito esforço.



Propriedade Industrial

Propriedade Industrial

A propriedade industrial garante o direito de exploração do objeto protegido com exclusividade.

A [Lei 9279/96](#) regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

O Governo Federal criou em 1970 o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), responsável por proteger os registros de:

- Marcas;
- Patentes;
- Desenho industrial
- Indicação Geográfica;
- Programas de Computador;
- Topografias de Circuitos;
- Averbações de contratos de Franquias.

Propriedade Industrial

Marca

Existem 4 diferentes tipos de marcas que podem ser registradas:

Marca Nominativa

Composta exclusivamente por letras e números combinados. Apresenta-se sem símbolo ou sinal distintivo.



Marca Figurativa

Combina elementos visuais como símbolos, sinais, imagens, ideogramas e / ou desenhos.



Propriedade Industrial

Marca

Existem 4 diferentes tipos de marcas que podem ser registradas:

Marca Mista

Une elementos visuais como símbolos, imagens, entre outros elementos, com um texto.



Marca Tridimensional

É o formato físico exclusivo de um produto ou embalagem, pelo qual o item se diferencia no mercado dos demais produtos.



Coca-Cola



Yakult



Propriedade Industrial

Johnnie Walker x João Andante

Caso aberto em 2011 pela detentora da marca Johnnie Walker contra uma empresa mineira de aguardente, a João Andante.



JOHNNIE WALKER.
KEEP WALKING.®



O objetivo do processo era solicitar a revisão da marca concedida em 2010 para a João Andante, com a alegação de plágio baseado na tradução da palavra "walker", que significa andante ou andador. Sendo assim, "João Andante" seria uma tradução literal da marca estrangeira.

Propriedade Industrial

Indicação Geográfica

É um instrumento de propriedade industrial que busca distinguir a origem geográfica de um determinado produto ou serviço. Conforme disposto no art. 176 da LPI, constitui IG a Indicação de Procedência (IP) ou a Denominação de Origem (DO).



Propriedade Industrial

Indicação de Procedência

É necessário que uma determinada área geográfica tenha se tornado comprovadamente conhecida como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.

Cachoeiro de Itapemerim

Comprovou ter se tornado conhecido nacionalmente pela extração e pelo beneficiamento de mármore.



Porto Digital (Recife)

Comprovou ter se tornado conhecido como um local de prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) através de desenvolvimento, manutenção e suporte.



Propriedade Industrial



Denominação de Origem

É necessário que as qualidades ou características do produto ou serviço designado pela IG se devam exclusivamente ou essencialmente às peculiaridades do meio geográfico, incluídos os fatores naturais e humanos.

Cerrado Mineiro

Comprovou a existência de fator humano característico no plantio de café com técnicas específicas de cultivo e manejo que se aproveitam dos fatores naturais locais, como a realização da colheita em período de abundância de sol.



Costa Negra (Ceará)

Comprovou a intrínseca ligação do camarão marinho com a região, que possui solo e água característicos que favorecem a presença de microrganismos específicos que servem de alimento a esse animal.





Propriedade Industrial

Indicação Geográfica x Fator Econômico

Selos de Indicação Geográfica valorizam produtos do agro

Café da Mantiqueira

Famosa região produtora
de Café



Canastra MG

Famosa região produtora
de Queijo

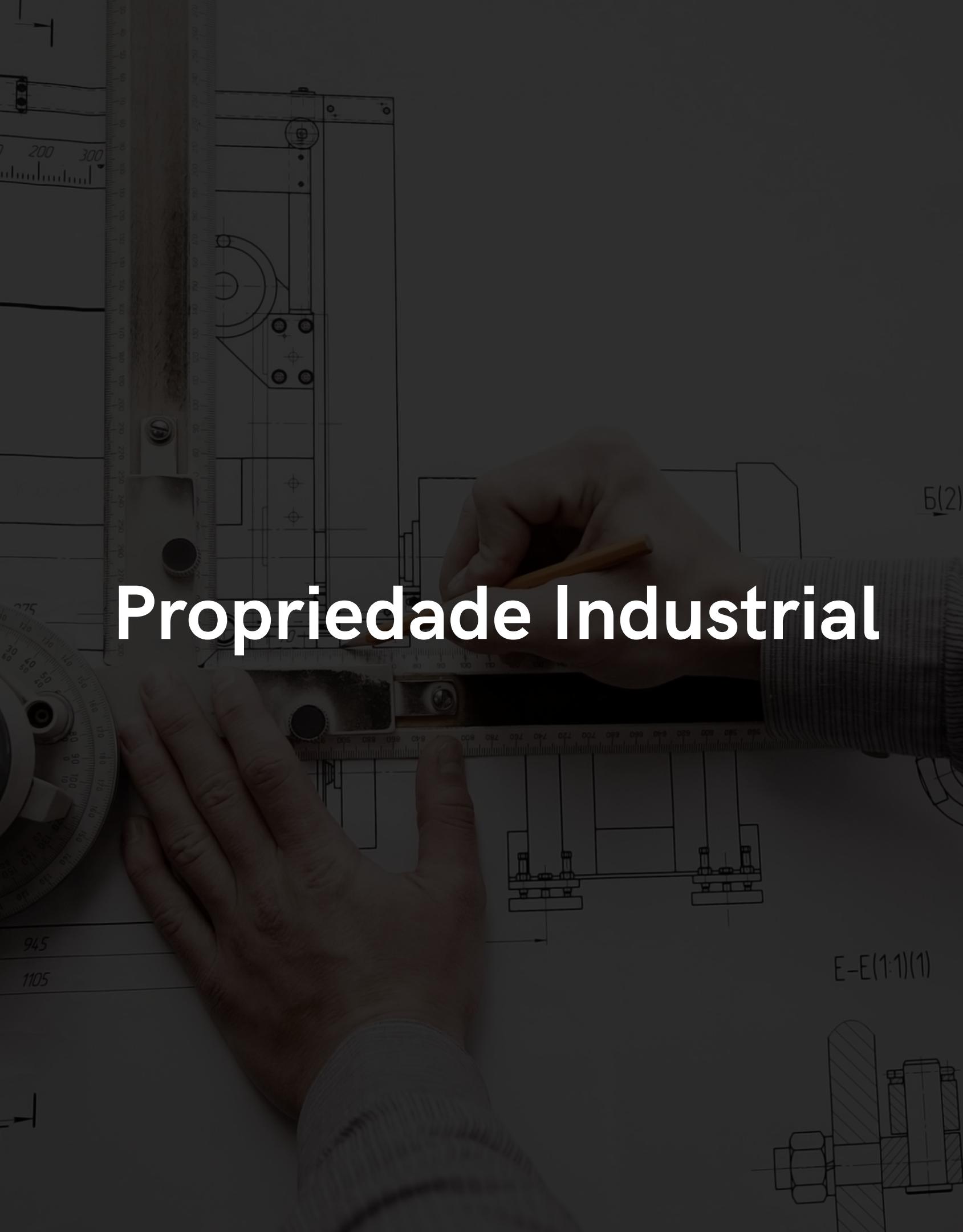


Café da Mantiqueira

Vinhos finos tranquilos brancos e tintos e vinhos espumantes finos são os produtos da Denominação de Origem Vale dos Vinhedos.



Propriedade Industrial



Desenho Industrial

É registrável como desenho industrial a forma plástica ornamental de um objeto ou conjunto ornamental de linhas e cores que possa ser aplicado a um produto



A vigência do registro é de 10 anos contados da data do depósito e poderá ser prorrogada por até 3 períodos de 5 anos, perfazendo um total de 25 anos, caso seja do interesse do titular do registro

Propriedade Industrial

Honda x Shineray

A marca chinesa de motos Shineray foi condenada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) a pagar indenização a Honda por lançar dois modelos, a 150 MAX e 150 GY EXPLORER, que são cópias da CG Titan e da NXR Bros, respectivamente, no mercado nacional.



Propriedade Industrial

Programa de Computador

Diferentemente dos casos de marcas e patentes, o reconhecimento do registro de software é internacional.



O prazo de vigência é de 50 anos contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente da data de criação, não prorrogáveis. Isto é, após 50 anos, o software passa a ser de domínio público (Lei nº 9.609/1998, artigo 3º).



Propriedade Industrial

Programa de Computador

Diferentemente dos casos de marcas e patentes, o reconhecimento do registro de software é internacional.

Principais Leis e Decretos

Lei nº 9.609 de 19 de fevereiro de 1998 – Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.

Decreto nº 2.556, de 20 de abril de 1998 – Regulamenta o registro previsto no art. 3º da Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.

Propriedade Industrial

Bill Gates x IBM

Muitas pessoas acreditam até hoje que o MS-DOS foi criado pela Microsoft, mas na verdade ele foi fruto de uma negociação completamente favorável para a empresa do Sr. Bill Gates.



O acordo foi fechado pela IBM por US\$ 186 mil, mas isso era apenas um detalhe. O motivo desse ter sido o acordo mais importante para a história da Microsoft e por tabela de todos nós, é que o contrato não concedia exclusividade para a IBM.

Propriedade Industrial

Xerox x Apple

A Xerox criou tudo que viria a ser o computador pessoal, através do PARC (Palo Alto Research Center), mas nunca implementou para o mercado.

Pior: passou essas inovações e segredos para a Apple, que hoje vale US\$ 743,5 bilhões. Steve Jobs sempre creditou isso como fundamental para o sucesso Apple.



E em um documentário da década de 1990, ele mesmo destacou que a Xerox poderia ter sido a maior empresa da história. Se tivesse aproveitado o que ela mesma criou.

Propriedade Industrial

Patente

Patente é o direito, concedido a um inventor ou titular pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), que oferece o uso exclusivo de uma invenção por um período limitado de tempo.

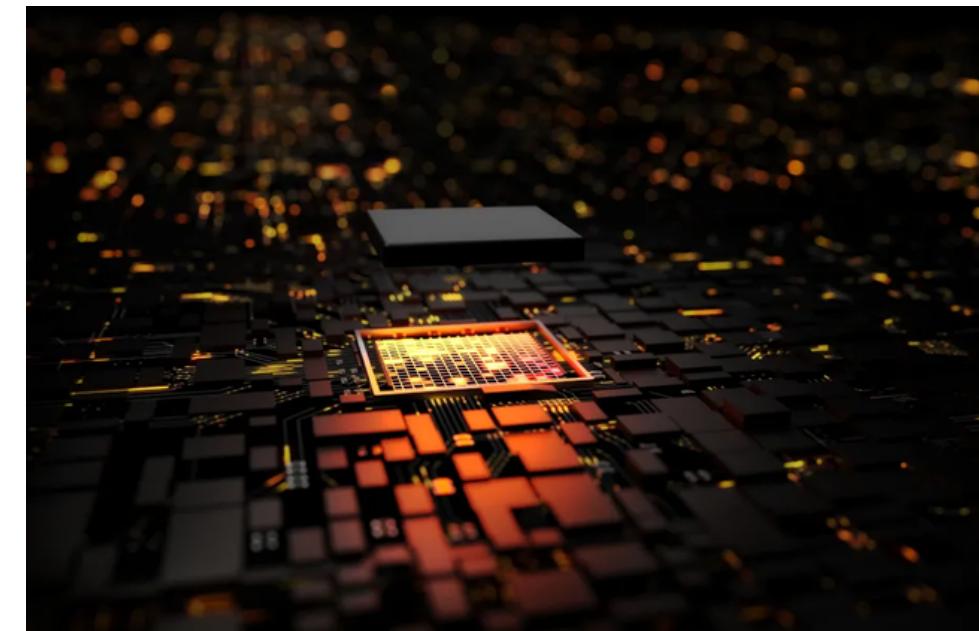


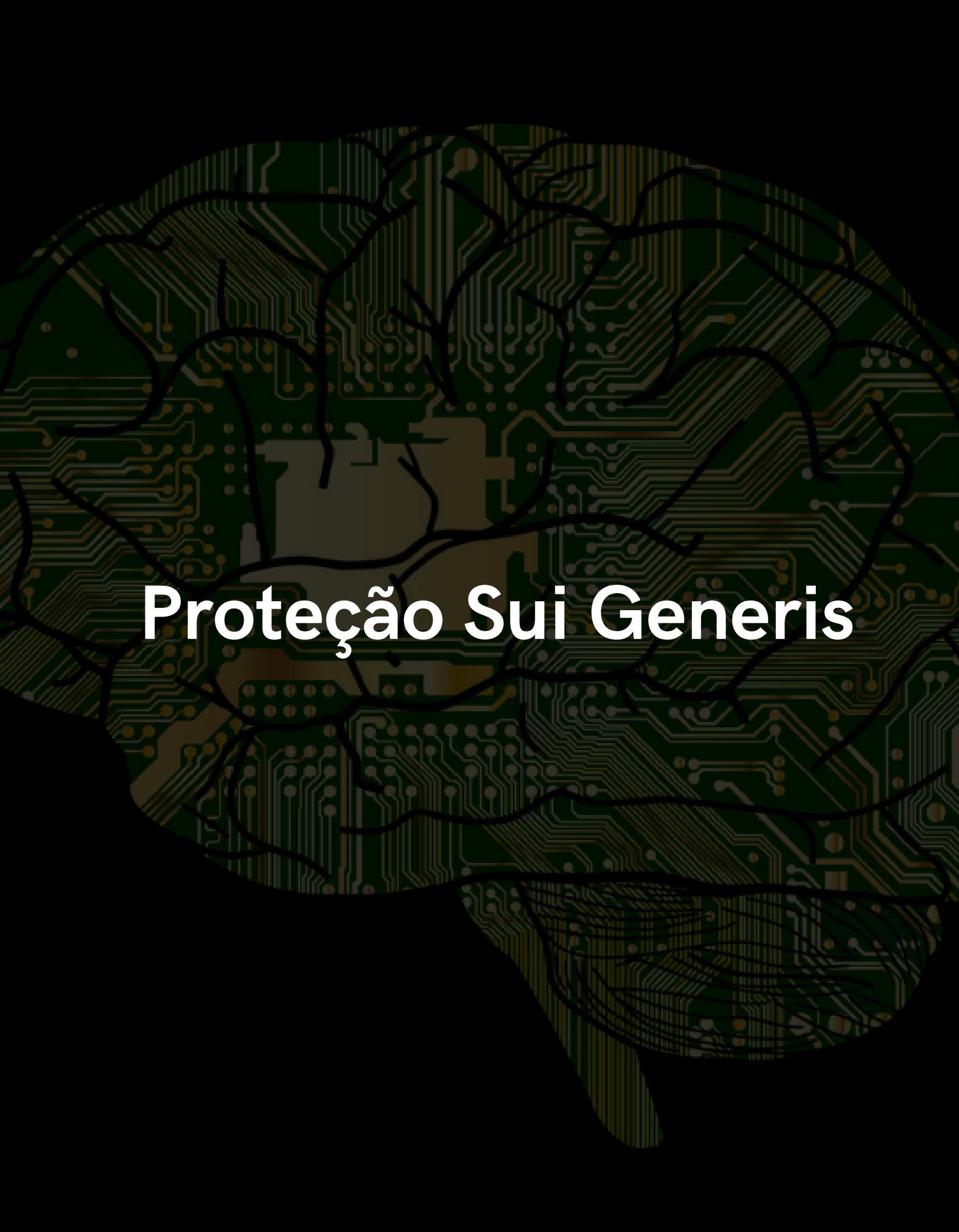
O prazo máximo de proteção é de 20 anos em patentes de invenção e de 15 anos nas patentes de modelos de utilidade.



Samsung e Quebra de Patente

A investigação parte de uma reclamação da Daedalus Prime LLC, protocolada em setembro deste ano, a qual sugere que semicondutores e aparelhos equipados com estes itens importados aos Estados Unidos infringem patentes registradas pela reclamante.





Proteção Sui Generis

Sistema de proteção utilizado por diversos países, como a melhor alternativa, face às dificuldades e inadequações do sistema atual de propriedade industrial para garantir proteção a ativos como: cultivares, topografia de circuitos integrados e conhecimento tradicional.



Ilustração de cultivares de algodão colorido

Prazo de proteção: 10 (dez) anos, contados a partir da data de registro ou da data da primeira exploração.

Proteção Sui Generis

Cultivares

É uma determinada forma de uma planta cultivada, correspondendo a um determinado genótipo e fenótipo que foi selecionado e recebeu um nome único e devidamente registrado com base nas suas características produtivas, decorativas ou outras que o tornem interessante para cultivo.



Prazo de proteção: 15 (quinze) anos para cultivares em geral e 18 (dezoito) anos para videiras, frutíferas e espécies florestais, sendo que ao final desses prazos a cultivar irá para domínio público.

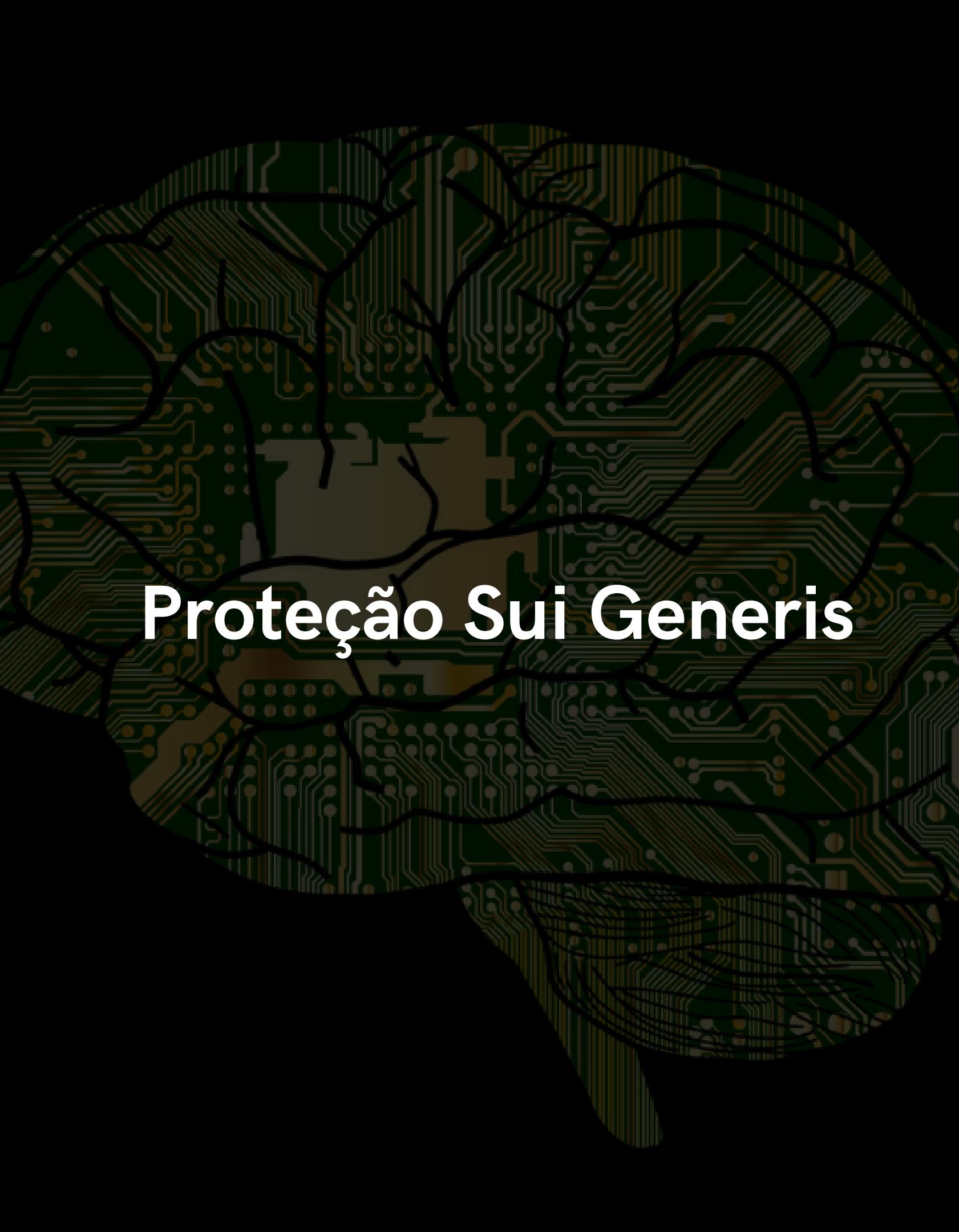
Proteção Sui Generis

Anvisa x Cannabis

Até o momento, a Agência já autorizou 15 produtos medicinais à base de Cannabis.

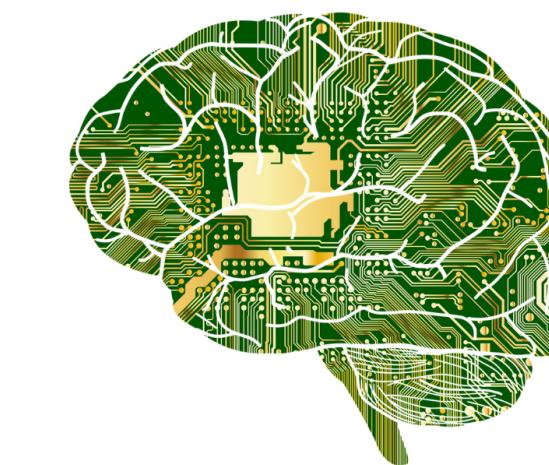
O produto será fabricado no Canadá e comercializado no Brasil sob a forma de solução, contendo 20 mg/ml de canabidiol (CBD) e não mais que 0,2% de tetrahidrocanabinol (THC).





Topografia de circuitos integrados

É uma série de imagens relacionadas, construídas ou codificadas sob qualquer meio ou forma, que represente a configuração tridimensional das camadas que compõem um circuito integrado, e na qual cada imagem represente, no todo ou em parte, a disposição geométrica ou arranjos da superfície do circuito integrado em qualquer estágio de sua concepção ou manufatura.



A proteção da topografia de circuito integrado será concedida por 10 (dez) anos contados da data do depósito do pedido de registro no INPI ou da data da primeira exploração (o que tiver ocorrido primeiro).

Proteção Sui Generis

Conhecimento Tradicional

São conhecimentos produzidos e praticados ao longo dos anos e passados de gerações para gerações, por povos indígenas, quilombolas e comunidades locais, sendo que esse conhecimento faz parte da cultura e identidade desses povos.



Proteção Sui Generis

Proteção Positiva

Refere-se aquisição de um direito de propriedade intelectual pelos próprios detentores do Conhecimento Tradicional ou por um direito alternativo previsto em um sistema sui generis.



Estudo alerta que até 91% da sabedoria dessas comunidades sobre plantas com potencial farmacológico e terapêutico desaparecerão com a morte de suas línguas



Proteção Sui Generis

Proteção Defensiva

A OMPI aborda 3 (três) áreas relacionadas aos conhecimentos tradicionais:

- Conhecimentos tradicionais no sentido estrito: conhecimentos técnicos, práticas, aptidões e inovações relacionados como por exemplo, a biodiversidade, a agricultura e a saúde;
- Expressões culturais tradicionais/expressões do folclore: manifestações culturais, como música, arte, desenhos, símbolos e representações ou execuções;
- Recursos genéticos: material genético com valor real ou potencial encontrado em plantas, animais e microrganismos.

Proteção Sui Generis



Biopirataria

Marcos Feres encontrou indícios de que 11 patentes registradas em países, principalmente do hemisfério Norte, que podem configurar apropriação de recursos genéticos a partir de saberes tradicionais de povos indígenas.



Boa parte dessas patentes foram legitimamente concedidas e cumprem todos os requisitos para isso. O que a gente questiona é por que se cria um monopólio a partir de um conhecimento tradicional. Isso reflete a falha no sistema de patente.



Propriedade Intelectual

Referências

- MOVE ON. Qual a diferença entre propriedade intelectual e propriedade industrial? 2022. Disponível em: <https://www.moveonmarcas.com.br/blog/diferenca-entre-propriedade-intelectual-e-propriedade-industrial>. Acesso em: 02 nov. 2022.
- TJDFT. Propriedade Intelectual. 2021. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/artigos-discursos-e-entrevistas/artigos/2021/propriedade-intelectual>. Acesso em: 02 nov. 2022.
- VANIN, Carlos Eduardo. Propriedade Intelectual: conceito, evolução histórica e normativa, e sua importância. 2016. Disponível em: <https://duduhanin.jusbrasil.com.br/artigos/407435408/propriedade-intelectual-conceito-evolucao-historica-e-normativa-e-sua-importancia>. Acesso em: 02 nov. 2022.
- JARDES, Thamara. A evolução histórica dos Direitos Autorais. 2014. Disponível em: <https://thajardes.jusbrasil.com.br/artigos/163165791/a-evolucao-historica-dos-direitos-autoriais>. Acesso em: 02 nov. 2022.
- SILVA, José Everton da. A PROPRIEDADE INTELECTUAL COMO UMA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO INSTITUTO DA PROPRIEDADE IMATERIAL. 2019. Disponível em: [http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=53c16d65d012198a#:~:text=Em%2019%20de%20mar%C3%A7o%20de,inven%C3%A7%C3%A3o%20\(SHERMAM%2C%201997\)..](http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=53c16d65d012198a#:~:text=Em%2019%20de%20mar%C3%A7o%20de,inven%C3%A7%C3%A3o%20(SHERMAM%2C%201997)..) Acesso em: 02 nov. 2022.
- KAPPELER, Camila. Histórico da Propriedade Intelectual: como surgiu a propriedade intelectual no mundo e sua importância.. Como surgiu a Propriedade Intelectual no mundo e sua importância.. 2005. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2113/Historico-da-Propriedade-Intelectual>. Acesso em: 02 nov. 2022.
- GOV. Tratado de Cooperação em matéria de Patentes (PCT). 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/patentes/Como-proteger-patente-no-exterior/pct/tratado-de-cooperacao-em-materia-de-patentes-pct](https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/patentes/Como-protoger-patente-no-exterior/pct/tratado-de-cooperacao-em-materia-de-patentes-pct). Acesso em: 02 nov. 2022.
- FRANÇA, Sergio Luiz. Introdução à Propriedade Intelectual. Disponível em: <http://www.ifba.edu.br/PROFESSORES/castro/Patentes1.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2022.

Legislação em Informática

Propriedade Intelectual

Gislany Raíssa

Davi Breda

Murilo

Yasmin